



RELLÍS - REVISTA DE ESTUDOS DE LIBRAS E LÍNGUAS DE SINAIS

Núcleo de Ensino de Pesquisas em Libras On-line (NEPLI-On) da
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Língua de Sinais Brasileira e Língua de Sinais Boliviana: contato e variação linguística na fronteira oeste do Mato Grosso

Brazilian sign Language and Bolivian Sign Language: contact and linguistic variation on the west border of Mato Grosso

Stela Perné Santos

RESUMO

Por meio do presente artigo, desenvolve-se uma análise acerca dos aspectos linguísticos do contato e a diversidade entre as Línguas de Sinais, em especial, a Língua de Sinais Brasileira e a Língua de Sinais Boliviana, faladas no oeste do Mato Grosso (MT), com o objetivo de criar um glossário a partir dos sinais/léxico coletados. O estudo, com base qualitativa, foi constituído por meio de entrevistas com questões semiestruturadas, gravadas em áudio e vídeo, uma vez que essas possibilitam maior flexibilidade e autonomia. Os sujeitos entrevistados foram agrupados em três grupos: (i) professores de língua portuguesa, espanhol e demais línguas; (ii) tradutores-intérpretes de Libras/Língua portuguesa; (iii) alunos surdos, brasileiros e bolivianos.

Palavras-chave: Contato. Glossário. Língua de Sinais Brasileira. Língua de Sinais Boliviana. Variação Linguística.

ABSTRACT

Through this article, an analysis of the linguistic aspects of contact and the diversity between Sign Languages, in particular, Brazilian Sign Language and Bolivian Sign Language, spoken in western Mato Grosso (MT), is developed with the aim of to create a glossary from the collected signs/lexis. The study, with a qualitative basis, consisted of interviews with semi-structured questions, recorded in audio and video, as these allow for greater flexibility and autonomy. The interviewed subjects were grouped into three groups: (i) teachers of Portuguese, Spanish and other languages; (ii) translators-interpreters of Libras/Portuguese language; (iii) deaf students, Brazilians and Bolivians.

Keywords: Contact. Glossary. Brazilian Sign Language. Bolivian Sign Language. Linguistic Variation.

1. INTRODUÇÃO

Sobre a perspectiva dos estudos linguísticos que se dedicam ao estudo das línguas faladas na fronteira Brasil-Bolívia, no estado do Mato Grosso (MT), é possível perceber que a língua(gem) é extremamente rica, uma vez que está diretamente relacionada à diversidade de grupos étnicos que residem nesse espaço geográfico. O homem fronteiriço sempre criou e recriou unidades lexicais que corresponderam às necessidades de comunicação, considerando que as migrações, tanto de contingentes oriundos dos estados da federação como de países vizinhos e de outros continentes, foram fundamentais para a formação cultural da região.

Pode-se considerar essa região como um grande “celeiro” linguístico, por apresentar diversidade e complexidade em sua formação. Nesse sentido, este estudo desenvolve uma análise acerca dos aspectos linguísticos relacionados ao contato e à diversidade das línguas de sinais brasileira e boliviana nessa fronteira que reforcem a identidade nacional dos fronteiriços Surdos e Surdas.

A cidade de Pontes e Lacerda situa-se no extremo Oeste do estado do Mato Grosso, faz Fronteira com San Ignacio de Velasco, localizada na Bolívia, estando a 332,6 km de distância uma da outra. Por sua vez, a cidade de Cáceres – MG e San Matias – Bolívia estão a 100 km de distância, na fronteira Brasil-Bolívia. Dentro do território Brasileiro estão a 450 km e 230 km respectivamente da capital Cuiabá – MT. Assim, essa região configura-se como ponto estratégico de principal contato entre bolivianos e brasileiros nessa fronteira.

Sabe-se que nessa fronteira Brasil-Bolívia os fatores que determinam o nível de interação entre as línguas distintas são diversificados, motivados, em grande parte, pelas relações comerciais, trabalhistas, educacionais e culturais existentes entre brasileiros e bolivianos, conforme aponta Silva (2009).

Nessa perspectiva, este estudo realiza uma análise sobre os contatos linguísticos e a variação linguística nessa fronteira, tendo como base os elementos identitários constituídos por meio das produções linguísticas nessa região.

Assim, apresenta-se uma compreensão da realidade das línguas de sinais brasileira e boliviana na fronteira oeste do Brasil, com base epistemológica e de acordo com os elementos históricos, culturais e linguísticos, tendo por objetivo a criação de um glossário a partir dos sinais/léxico coletados.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

Sabemos que na perspectiva dos estudos linguísticos, pensar as línguas de fronteira, nessa linha imaginária que divide os dois territórios, é pensar em seus contatos, trocas e interações reais, refletindo nessas produções as especificidades do espaço, considerando que há um processo natural responsável por gerar uma identidade própria do fronteiro, em que, inclusive, as tradições culturais, sociais e manifestações religiosas vão se misturando e oportunizando os contatos linguísticos.

Os primeiros direcionamentos ideológicos se manifestam de forma irrefutável, como, por exemplo, considerar as Línguas de Sinais como a modalidade de língua natural dos Surdos na Fronteira e, ainda, como essa língua contribui dentro de um conceito amplamente discutido, que é a acessibilidade linguística, em todos os espaços sociais, como direito legalmente instituído no Brasil (BRASIL, 2002).

Na educação brasileira, o tema da acessibilidade de alunos Surdos é um tema com ênfase no mundo contemporâneo, porém, é polemizado por desenvolver diversos empasses políticos, metodológicos e linguísticos, que, de alguma maneira, vêm comprometendo o progresso desses estudantes Surdos brasileiros e bolivianos que cursam o Ensino Fundamental e Ensino Médio, na região de Pontes e Lacerda, Cáceres e Vila Bella Santíssima Trindade e demais municípios.

Este artigo tem como base estudos que analisam os conceitos de línguas de sinais e Surdez (BRASIL, 2006, 2005), inclusão e exclusão (SACKS, 1990; BERONESE, 1992, 1997; SKLIAR, 1997; ALMEIDA, 1998); e sobre zonas e sujeitos fronteiros (SILVA, 2000) e variedade linguística (CASTRO JÚNIOR, 2011; QUADROS 2004, 2017). Esses estudos constituíram o aporte teórico para esta pesquisa, que se adequa à realidade da acessibilidade para Surdos, norteando esta análise e sistematização dos dados coletados, como objetivo da criação de um glossário dos sinais/léxico encontrados nessas regiões.

2.1 LÍNGUA GESTUAL BOLIVIANA NA FRONTEIRA OESTE

Convém explicar que não é pretensão desta pesquisa discutir sobre os idiomas autóctones existentes em nenhum dos dois lados dessa fronteira, pois, o estudo das línguas minoritárias segundo SILVA (2009, p.125) requer um levantamento aprofundado da situação linguística dos vários grupos étnicos existentes nos dois países, que apresentam problemáticas distintas.

A língua natural dos Surdos bolivianos é a Língua de Sinais Boliviana (LSB) e é reconhecida como meio pelo qual os Surdos têm acesso à educação e à comunicação.

Contudo, a LSB não foi sempre a língua oficial das pessoas surdas na Bolívia. Na década de 1970, a família Powlison difundiu a Língua de Sinais Americana (do inglês, *American SignLanguage*– ASL)¹, na cidade de La Paz e, posteriormente, nas demais regiões da Bolívia.

Em 1988 teve início o processo de unificação dos sinais no país, resultando no “primeiro livro de Sinais da Bolívia”, publicado em 1992. Em 1988, a Federação Boliviana de Línguas de Sinais (FE.BO.S), resultado de parcerias entre o Ministério da Educação e o Colégio Técnico Profissional Vinto, criaram o Comitê Interinstitucional de Língua de Sinais da Bolívia/CILS, obtendo como resultado cursos de ensino da língua gestual.

Em 2006, a FE.BO.S. assumiu o desafio de consolidar a língua de sinais por meio de um corpo capaz de articular todos os esforços na área de Língua de Sinais e promover processos de legitimação junto às autoridades, para fortalecer as identidades linguísticas. Assim, é criada a Diretoria de Língua de Sinais da Bolívia (D.N.L.S.B), que gerencia as ações que promovam o reconhecimento da Língua Gestual como língua e os processos de capacitação e credenciamento.

O reconhecimento das línguas de sinais e o direito das comunidades surdas ao redor do mundo de “assinarem” em sua própria língua e, por meio dela, serem educadas está consagrado em diversos documentos do sistema de direito nacional e internacional, como é o caso, por exemplo, da Declaração de Salamanca (1994), da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e, na Bolívia, da Constituição Política do Estado e do Decreto Supremo n.º 0328 de 2009, que diz que:

A norma é ampla e categórica, mas não é suficiente se o paradigma de colonizar o ouvinte pelos surdos continua. Por isso, é urgente “descolonizar” todos os processos em que a identidade do Surdo e o seu direito linguístico de “sinalizar” e ensinar a sua língua são sistematicamente desconhecidos no Estado Plurinacional para o qual convergiu toda a diversidade até então invisível. (SPCC, 2009, p.4).

A descolonização do domínio auditivo sobre os Surdos é uma parte central do processo de posicionamento da comunidade surda e de sua língua. Por isso, o reconhecimento linguístico das Línguas de Sinais manifestado pelos dispositivos legais de cada país deve ser respeitado e cumprido, de forma que se garanta a contratação de profissionais capacitados na Língua Gestual nos espaços de atendimento ao público, nos mais diversos âmbitos, além de masificar os processos de difusão dessas línguas. Nessa perspectiva:

A normatização da Língua gestual Boliviana, assim como no Brasil não é suficiente se ainda as políticas ouvintistas e colonizadoras continuam impostas. Por isso, é urgente ‘descolonizar’ todos os processos em que a identidade do Surdo e o seu direito linguístico de ‘sinalizar’ e ensinar a sua língua são sistematicamente desconhecidos no Estado Plurinacional para o qual convergiu toda a diversidade até então invisível. A descolonização do domínio auditivo sobre surdos é uma parte central do processo de posicionamento da comunidade surda e de sua língua. (SPCC, 2009, p.5).

¹ Língua Americana de Sinais – (ASL) American SignLanguage

Por consequência de a Bolívia ser um país subdesenvolvido e estar em constante crise política, social e econômica, o Brasil é visto como um paraíso de oportunidades para muitos imigrantes bolivianos. O subemprego e a economia informal são preponderantes no país, tornando o município da Fronteira Brasileira a porta de entrada para aqueles que fogem da miséria e busca uma melhor condição de vida (CHAVEZ; CAVALCANT, 2007, p.4). Observando a realidade dos alunos brasileiros surdos e suas diversas dificuldades, analisamos também os alunos bolivianos que se deparam com a recorrentes supremacia linguística da língua portuguesa/Libras nas escolas fronteiriças.

Destacamos apenas que, atualmente, a Constituição boliviana reconhece 36 etnias, apesar de existirem no país pelo menos 54 etnias ou nações originárias, aquelas que viviam na Bolívia antes da chegada dos europeus, conforme afirma Amorim (2013). Consequentemente, podemos dizer que a Bolívia possui três línguas oficiais: o espanhol, o aimará e o quichuá ou quéchua, e mais 33 línguas autóctones. Sabe-se que as línguas quíchua e aimará são as destacadas no universo das línguas indígenas porque a Igreja Católica escolheu esas línguas porque a Igreja Católica escolheu esas línguas nativas como veículo da evangelização, passando a escrevê-las com caracteres latinos e ensiná-las, fixando-as como as línguas mais faladas entre os indígenas.

Partindo do sentido que a supremacia linguística consiste nas ações que almejam ascender a uma língua enquanto a outra é inferiorizada, o que torna a Língua Portuguesa uma língua de prestígio, ainda mais levar em conta o contexto sócio-histórico da América Latina, e a língua espanhola falada pelos bolivianos como pejorativa. Os discentes matriculados nas escolas brasileiras precisam aprender os conteúdos curriculares. Assim como os alunos brasileiros, os aprendizes Surdos bolivianos necessitam apreender a Libras e a língua portuguesa como segunda língua para que, dessa forma, amparem a aquisição de outros conhecimentos.

Após essa breve análise sobre a Língua de Sinais Boliviana, na próxima seção, discorre-se acerca da Língua de Sinais Brasileira falada na região da fronteira Brasil-Bolívia.

3. LIBRAS - LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA NA FRONTEIRA

Na região da fronteira este matogrossense brasileira observamos o cotidiano dos fronteiriços, sejam eles Surdos ou não-surdos, em especial, sobre quais fenômenos culturais influenciam os fazeres e os dizeres dos educandos -crianças, jovens e adultos -, percebidos nas línguas, nos relacionamentos, nas manifestações culturais e econômicas.

Entretanto, os alunos Surdos bolivianos precisam aprender duas línguas: a Língua de Sinais Brasileira e a Língua portuguesa, tanto na leitura quanto na escrita. Nessa perspectiva, Segundo Albuquerque (2006 p. 4), "aprática cotidiana das pessoas que vivem em áreas fronteiriças revela variadas formas de hibridismo linguístico".

Os moradores fronteiriços estão acostumados a misturar os idiomas, as músicas, a culinária etc., também a criar estereótipos sobre os outros e a se identificar com suas respectivas nações. Mas os governos e a maioria dos educadores veem essa "mistura" como um risco de perder a soberania nacional.

O alarme é feito a partir da associação imediata entre língua e identidade nacional, ou seja, os espaços culturais em que as línguas nacionais perdem espaço para línguas estrangeirassão logo vistos como lugares desnacionalizados (ALBUQUERQUE, 2006, p. 5).

Podemos dizer que a superioridade existente entre as línguas utilizadas em regiões fronteiriças é justificada e, até mesmo, prevê e evita conflitos lingüísticos. Nesse sentido, conforme o artigo VIII, do Decreto n.º 6.737/2009 afirma: "cada uma das partes deverá ser tolerante quanto ao uso do idioma da outraquando os beneficiários deste Acordo se dirigirem a órgãos ou repartições públicas para reclamar ou reivindicar os benefícios dele decorrentes"(BRASIL, 2009).

De acordocom a citação do artigo, podemos dizer que o Brasil "tolera" a língua dos estrangeiros. Dessa forma, observa-se que a língua dos estrangeirosnão é aceita e acolhida em solo brasileiro.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a primeiralíngua dos surdos brasileiros, sendoreconhecida pela Lei n.º 10.436, de 24 de abril 2002, e regulamentada pelo Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Esses dispositivos legais não apenas reconheceram a Libras como alíngua oficial da comunidade surda, mas também prevêem a existência de profissionais especializados para atuarem em locais públicos eeducacionais, dentre outros. Essa disposição garante aos surdos brasileiros participação cidadã.

A acessibilidade linguística dos alunos Surdos nas escolas regulares é um assunto muito peculiar a ser trabalhado, e se mostra controverso e inquietante, por envolver diversos tabus, estereótipos, ideologias e preconceitos.

Atualmente, muias pessoas surdas convivem com dramas que repercutem no seu desenvolvimento, entre eles: o atraso na aquisição da linguagem, no recebimento de informações, a dificuldade em expressar suas opiniões e, até mesmo, a interação com os colegas e os professores.

Todas as barreiras linguísticas podem ser explicadas por fatores como, por exemplo: a

família não teve preparo para auxiliar a criança Surda; a escola encontrou dificuldades em proporcionar o conhecimento de maneira favorável para esses protagonistas; falta de políticas públicas que pudessem compensar essas lacunas. Por essas e outras ocorrências é que podemos observar que a surdez é abarcada pelo obstáculo linguístico da incomunicabilidade, mas, para além desses fatores, existe também o papel da sociedade, que, muitas vezes, se coloca como “surda” ao problema.

Na cidade de Pontes e Lacerda e região, por ser umaregião que faz fronteira com a Bolívia, alguns desafios, em específico, são encontrados, como a necessidade de escolarização, saúde e outros aspectos que envolvem a vida social dos Surdos brasileiros e bolivianos, de forma conjunta.

Partindo dessa realidade é que surgiu a inquietude sobre se a escola que tem alunos surdos está ofertando o ensino em Libras ou em LGB e, caso afirmativo, se está se adequando esse ensino para atender esses educandos; bem como se esses encontram-se inseridos da nova ordem da acessível linguisticamente “concreta” e se estão analisando e selecionando os percursos e suas adaptações pedagógicas.

Partindo-se dessas inquietações, é oportuno ressaltar que os Surdos bolivianos que estudam no Brasil também apresentam uma situação singular, e que os Surdos brasileiros enfrentam também as questões sociais. Contudo, devemos levar em conta que o Surdo bolivianos irá precisar assimilaras duas línguas - a Libras e a LínguaPortuguesa.

No cenário educacional social e de "inclusão" de Surdos, há a necessidade de não somente capacitar profissionais, sejam eles professores ou intérpretes, com a habilidade de tradução e interpretação e domínio da língua para comunicação da Língua Brasileira de Sinais e Língua Gestual Boliviana na Fronteira Oeste, pois, para que ocorra a inclusão, de fato e de direito, se faz necessária uma qualificação e formação diferenciada.

No Brasil, o primeiro passo foi alcançado por meio do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais pela chamada Lei de Libras (BRASIL, 2002, 2005). Além disso, há a regulamentação da profissão de Tradutor/Intérprete de Línguas de Sinais (TILS), promulgada pela Lei n.º 12.319, de 1º de Setembro de 2010.

A Libras, atualmente, tem se destacadoemvirtude dos movimentos da Comunidade Surda e pelo processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino no país. O IFMT, *campus* de Pontes e Lacerda, oferece a disciplina de Libras em todos os cursos de licenciatura. Dessa forma, a Libras deixa de ser restrita aos surdos, professores especialistas e intérpretes, e passa a ser difundida maisamplamente, o que a torna mais conhecida por muitas pessoas.

Esse sempre foi o objetivo da comunidade surda brasileira: a difusão da Língua de Sinais. É importante ainda mencionar que a educação de surdos deve ser Bilíngue, desde a educação infantil, conforme garantido nos dispositivos legais mencionados. O ensino-aprendizagem das crianças surdas deve ocorrer por meio da Libras como primeira Língua ou Língua 1 (L1), e da Língua Portuguesa como segunda língua ou Língua 2 (L2).

Trindade e Behares (2006, p. 10-13), comentam que "a Fronteira em si, assume sentidos opostos, que se definem não só pelos seus limites geográficos, mas também pelo conteúdo social de cada país".

Assim sendo, entendemos que a educação exercida na fronteira permite-nos analisar vários pontos, entre eles, a forma de vida dos educandos Surdos e não-Surdos, por exemplo. Nesses dois mundos culturais distintos, percebe-se a influência tanto do Brasil como da Bolívia no ambiente escolar.

Porém, existe uma relação de disputa de nacionalidades, pois os governos, os pais e os professores querem educar segundo os valores e tradições de sua própria nação. Embora as relações sejam facilitadas entre os grupos pela proximidade geográfica, as dificuldades se multiplicam: o migrante do outro país precisa se relacionar ao mesmo tempo com valores culturais e institucionais da origem e da sociedade de acolhimento, o que demanda esforços no processo de adaptação à realidade.

Sabe-se que, atualmente, muitos Surdos convivem com dramas que repercutem no seu desenvolvimento, sendo eles: o atraso na aquisição da língua, no recebimento de informações, na dificuldade em expressar suas opiniões e, até mesmo, as interações com os colegas e os professores, por exemplo.

Este estudo justifica-se pela necessidade de se ampliar os estudos e de se gerar reflexões e debates que contribuam com o desenvolvimento institucional e inclusivo da pessoa Surda, em Pontes e Lacerda e região, por meio da educação linguística.

Desse modo, os surdos da fronteira estão geograficamente perto e distante linguisticamente falando. Considerando-se uma possível solução para acessibilidade linguística aos surdos na fronteira oeste por meio da Libras e da LGB, propomos esta pesquisa inicial. Nesse sentido, este estudo proporciona informações culturais, históricas e linguísticas dos povos surdos em questão, conferindo maior empoderamento desse público na fronteira oeste brasileira.

O produto desta pesquisa, contendo sinais das duas línguas em forma digital e bilíngue, facilitará a produção de informação aos usuários da Língua Brasileira de Sinais e Língua Gestual Boliviana, melhorando e aproximando os Surdos da região.

4. METODOLOGIA

Este estudo, com base qualitativa, foi constituído por meio de entrevistas com questões semi estruturadas, uma vez que essas possibilitam maior flexibilidade e autonomia. Para a coleta dos dados deste estudo, foram realizadas entrevistas com os seguintes sujeitos:

- a) Professores de língua portuguesa, espanhol e demais línguas;
- b) Tradutores-Intérprete de Línguas de Sinais – TILS -, Libras/Língua portuguesa;
- c) Alunos Surdos: brasileiros e bolivianos.

O conteúdo registrado das entrevistas foi gravado em áudio e vídeo, e posteriormente transcrito. As transcrições foram analisadas sob a ótica da análise do conteúdo e organizadas em categorias.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa (CHIZZOTTI, 2000, p. 79). Para Bogdan e Bicklen (1994, p. 49), por sua vez, a pesquisa qualitativa “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”.

Esta pesquisa se baseou nos levantamentos bibliográficos realizados de ordem empírica, tonando-se um alicerce para o estabelecimento e o exame das teorias.

De acordo com Webrook (1995), a pesquisa empírica apresenta a finalidade de proporcionar ao estudo um caráter prático. E, partindo dessa perspectiva, compreende-se que:

Independente do tipo de dado empregado, toda pesquisa empírica procura atingir um dentre três fins, ou mais tipicamente alguma combinação deles: coletar dados para uso do pesquisador ou de outros; resumir dados para que sejam facilmente compreendidos; e fazer inferências descritivas ou casuais, o que envolve usar os dados que observamos para aprender os dados que queremos levantar. (EPSTEIN; KING, 2013, p. 23).

Tendo em conta de que a inclusão social e acessibilidade lingüística está presente na educação básica, podemos questionar a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) sobre a “escola para todos”. Se a escola é para todos, podemos incluir e oportunizar a educação para os alunos com surdez?

Diante dessa realidade, o presente estudo analisou as relações do aluno Surdo com o

professor regente, bem como com o TILS de Libras, e as interações que possibilitam o avanço pedagógico e inclusivo dos alunos Surdos dessa fronteira.

Optamos, ainda, pela pesquisa explicativa, já que ela elucida a ocorrência de um fenômeno. Conforme GIL (2008), esse tipo de pesquisa:

“São aquelas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2008, p. 28).

Na pesquisa explicativa elucidamos como e em que condições a inclusão e a acessibilidade linguística dos alunos Surdos brasileiros/bolivianos dessa região se manifestam ou não, analisando, assim, as causas dos fenômenos e acontecimentos em que elas se encontram nas escolas e espalhados nos demais espaços sociais.

Para realizar a análise da Libras e da LSB é necessário adaptar teorias descritivas desenvolvidas para a análise de línguas orais. Em alguns momentos, as teorias criadas para explicar o funcionamento de línguas orais não vão conseguir explicar, de forma satisfatória, os fenômenos da língua de sinais, nem permitem abordar esses fenômenos. Em outros momentos, essas teorias se aplicam de forma muito parecida às línguas de sinais. Porém, convém utilizá-las com bastante cuidado.

Como exemplo, pode-se mencionar uma diferença fundamental entre o modo como os enunciados são articulados nas línguas orais e nas línguas de sinais: as línguas de sinais apresentam a possibilidade de ter seus enunciados produzidos por vários articuladores ativos (duas mãos, rosto, corpo), enquanto as línguas orais não. Dentro de uma análise linguística, a língua de sinais é estruturada por parâmetros visuais, divergindo, em algumas funções, das línguas de modalidade oral.

No que se refere às línguas de sinais, os estudos sociolinguísticos encontram um vasto campo de pesquisa e análise, pois essas línguas têm seu reconhecimento social relativamente recente e estão inseridas em um contexto que subentende fenômenos diversos do que os observáveis na comparação entre línguas orais.

Como ilustração dessa afirmação, pode-se citar o caso dos surdos sinalizantes, em que a consolidação de uma comunidade linguística é algo vivencial, que necessita da materialidade do “ver” para constituir-se.

Tendo em vista essa distinção, vêm à tona as discussões acerca das políticas linguísticas adotadas (ou não) por alguns países, no sentido de proteger, de legitimar e de fomentar o desenvolvimento de uma língua, que, do contrário, correria o risco de ficar à margem, tornando,

por consequência, seus usuários marginalizados. Logo, as políticas linguísticas são formas institucionalizadas que partem de decisões do poder para influir no uso da língua de um grupo ou de uma comunidade linguística.

Segundo Quadros (2012), são manifestações de políticas linguísticas: o planejamento linguístico (organização de corpus e comprovação do status linguístico), intervenções na forma e na estrutura da língua (para que assim possam equipará-las, desempenhando seu papel em um contexto determinado), normalização (intervenções perante a elaboração e fixação de normas linguísticas, sejam gramaticais, léxicas ou ortográficas), padronização ou estandardização estabelecimento de uma norma standard (TAYLOR, 1911).

Normalmente, uma língua é falada/sinalizada de maneira diferente por toda a extensão do território, elegendo modelos linguísticos a seguir em contextos de uso, modernização (aceitação e incorporação de novas formas de uso da língua) e representação gráfica (criação ou manutenção dos registros escritos da língua).

Após essa discussão, na seção seguinte apresentamos uma análise acerca da relação entre ensino, pesquisa e extensão nesse contexto.

5. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o disposto no Parágrafo 1 do Artigo 2º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: “§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais” (BRASIL, 2008). Nesse sentido, essas instituições estão obrigadas a desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, de maneira indissociável.

Ao equiparar as Universidades e os Institutos Federais às Universidades Federais, reconhece-se a importância do conhecimento para o enriquecimento do papel dessas instituições. Essas instituições passam a ser vistas não somente como centros de ensino de excelência, mas, também, como produtores do conhecimento e como ferramentas para o desenvolvimento regional.

Legalmente, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Todavia, a compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não pode ser restringida apenas a uma questão conceitual ou legal, mas, fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica (CÉSAR, 2013), pois, apesar de

possuírem razões de serem distintas, está relacionada às funções de ambas instituições, “que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação” (CÉSAR, 2013, p. 19). A referida indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é caracterizada por Rays (2003, p. 73) como “um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática”.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão permite verificar a qualidade do trabalho escolar/acadêmico que favorece a aproximação entre os Institutos Federais e a sociedade, o processo de reflexão crítica, a possibilidade da emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização desse princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referencie na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade. (ANDES, 2003, p. 30).

Nesse sentido, este estudo prioriza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pelas razões apresentadas a seguir. Está relacionada com o ensino, levando-se em conta o princípio de que o educando interage com o mundo através do conhecimento adquirido. Destaca-se que este estudo, conforme mencionado, é voltado para a comunidade em geral, mas, em especial, para pessoas que trabalhem direta ou indiretamente com Surdos. Nesse sentido, é imprescindível definir-se metodologias durante o curso que garantam o envolvimento desse aluno na aprendizagem profissional.

É por meio da pesquisa, neste caso, de Línguas de Sinais da Fronteira que pode-se desencadear o conhecimento para transformar a atuação do indivíduo como ser social. A proposta relaciona-se com o ensino, ao encará-lo como forma privilegiada de acesso ao conhecimento profissional. Além disso, está relacionada com a pesquisa, por entendê-la como importante processo capaz de permitir as integrações entre o desempenho científico e técnico dos profissionais envolvidos com o curso, a destacar os professores formadores e tutores presenciais. A produção acadêmica é vista como de suma importância para o desenvolvimento metodológico e conceitual do ensino de Libras nas Universidades e Institutos Federais.

Esta pesquisa está relacionada com a extensão, enquanto proposta direcionada a esse fim. A presença da extensão é justificada pela busca de tornar o conhecimento acadêmico e escolar produzido na instituição relevante e compartilhado com a comunidade. Este projeto define-se como de extensão por pretender consolidar o elo institucional com a sociedade, reafirmando assim o compromisso social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, concretizando a promoção e garantia do desenvolvimento social, bem como os anseios da comunidade.

Cavalcante (2002, p. 18) destaca que o “processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre universidade e sociedade”.

REFERÊNCIAS

- BOSSAGLIA, Giulia. *Linguística Comparada e Tipologia*. São Paulo: Parábola. 2019.
- BOLIVIA. SPCC – Sistema plurinacional certificación de competencia. Estandar Tecnico Del Sector de Ocupacional de Lengua de Senas da Bolivina in conocimiento y manejo de lengua de senas boliviana. Edição 1 ano 2009.
- BRASIL, Lei n.10.436 de 24, de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em 26 de maio de 2016.
- _____. Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 26 de maio de 2016.
- _____. Lei n.º 939, de 26 de setembro de 1857. Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1858-1859. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 1, p. 37, 1857.
- _____. Constituição; República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Ministério da Educação. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 10 Nov 2016. 83
- _____. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República Congresso Nacional, 2000.
- _____. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução. [4. ed.] / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Decreto n.º. 6.737 de 12 de janeiro de 2009. Brasília: Presidência da República, 2009.
- BRASIL. Lei 12.319 de 01 de setembro de 2010. Brasília: Presidência da República Congresso Nacional, 2010
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. - Características da investigação qualitativa. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora, 1994. p.47- 51.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

- CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007.
- CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Aspectos da visualidade na educação de Surdos. Tese de Doutorado (Educação). Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- COSTA, M. R. Proposta de modelo de Enciclopédia visual bilíngue juvenil: Enciclobras o corpo humano. Dissertação (Mestrado em Linguística). PPGL, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- CASTRO JR. Gláucio. Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira - foco no léxico -. 2011. Dissertação apresentada ao programa de Pós graduação do Departamento de Linguística, Português e línguas Clássicas LIP/PPGL/UnB. Disponível http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/8859/1/2011_GI%C3%A1uciodeCastroJ%C3%BAnior.pdf acesso em 14 de novembro de 2017.
- CAVALCANTE, J. Evolução do ensino Superior-graduação – 1980/1998. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002.
- CESAR, Sandro Bimbato. A indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento: estudo em universidade brasileira. 2013. 44 f. Dissertação (Mestrado Sistemas da Informação e Gestão do Conhecimento). Faculdade de Ciências Empresariais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/sigc/article/viewFile/1918/1226>>. Acessado em novembro de 2017.
- FAULSTICH, E. Metodologia para projeto terminográfico. In.: II Simpósio Latino Americano de Terminologia. I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científico. Anais. Centro Lexterm, UnB, 1990.
- _____. Procedimentos básicos para glossários sistêmicos de lexico da terminologico: uma proposta para pesquisadores da lingua de sinais. In. ISQUERDO, A. N.; dal CORNO, G. O. M. (Orgs.). As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia e terminologia, v. III, 2016.
- _____. Pelos caminhos da Dialectologia e da Sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas: Para gostar de ler um dicionário. São Luís: EDUFMA, 2005.
- _____. Especificidades semânticas e lexicais a criação de sinais-termo na Língua Brasileira de Sinais. In: BIDARRA, J.; MARTINS, T. A; SEIDE, M, S.; (Orgs.). Entre Libras e o Português desafios face ao bilinguismo. Cascavél, EDUEL, 2016.
- NOVAK, J.D.; GOWIN, D.B. Aprender a aprender. Lisboa: Plátano, 1984. Disponível:<http://zircon.dcsa.fct.unl.pt/dspace/bitstream/123456789/558/2/Novak_1984_Aprender%20a%20aprender.pdf>. Acesso em 18 abril de 2009.
- QUADROS, Ronice Muller e Karnopp, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, Ronice Muller e Karnopp. Língua de herança: Língua Brasileira de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.
- MAIA, Marcus. (et. al). Línguas Indígenas e Gramática Universal. São Paulo: Contexto.2019.
- MOORE, Denny. Línguas Indígenas. In.: MELLO, Heliana (et. al). Os contatos linguísticos no Brasil. São Paulo: Contexto, 2011.
- MENEZES, EbenezerTakuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete ensino semipresencial.

In.: Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/ensino-semipresencial/>>. Acessado em novembro de 2017.

OLIVEIRA, Gilvan Müller (org.). Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística. Campinas-SP: Mercado de Letras/ALB; Florianópolis:IPOL, 2003.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. In.: Revista Cadernos de Educação Especial, nº. 21, 2003.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas Brasileiras. Para o Conhecimento das Línguas Indígenas. São Paulo, Loyola, 1986.

SILVA, R.V. da; RAVANELLI. M de S.; RIVAS, V.E.; GAERTNER, L.G. Línguas em contato e aspectos da integração linguística em uma das fronteiras Brasil/Bolívia. In.: Despertar para a fronteira. Campo Grande: Ed. UFMS. 2009.

SOUZA, Edson Rosa de. (Org.) Funcionalismo Linguístico- Análise e Descrição. Vol.2. São Paulo: Contexto, 2012.

TRINDADE E BEHARES. Fronteiras, Educação e Integração. Santa Maria: Pallotti, 1996. Brasília: Paralelo, 2006.